

# Resumo de notícias econômicas

13 de Setembro de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 172

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 13 SETEMBRO DE 2021

## Estados mudam leis para atrair empresas

### O Estado de S. Paulo

Estados e municípios passaram a dispensar a exigência de alvarás e licenças para abertura e funcionamento de empresas consideradas de baixo risco como forma de desburocratizar o ambiente de negócios neste momento de retomada da economia.

Entre os Estados, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro lideram a iniciativa, segundo ranking feito pelo Ministério da Economia. Já as cidades menos burocráticas estão na Bahia – Serrinha e Santo Antônio de Jesus – e no Rio Grande do Sul (Venâncio Aires).

No topo da lista, Minas Gerais dispensa 701 atividades da burocracia exigida para abertura do negócio. São empresas que atuam em atividades classificadas como de baixo risco, que não oferecem perigo para a população. Entre elas estão bares, padarias, salões de beleza, lojas de roupa e borracharias. Santa Catarina dispensa 576 atividades econômicas e o Rio de Janeiro conta com 340 atividades liberadas. Os três Estados possuem normas vigentes que dispensam mais atividades do que a classificação nacional.

A classificação nacional contém 300 atividades e foi definida depois que o Congresso Nacional aprovou, em 2019, a Lei de Liberdade Econômica. Foi essa lei que dispensou as atividades de baixo risco de obterem o alvará e licenças.

No outro extremo, os Estados de Sergipe (292), São Paulo (258), Paraná (254), Roraima (52) e Espírito Santo (47) dispensam menos atividades econômicas da burocracia.

As dispensas de alvarás e licenças são definidas pelo Corpo de Bombeiros, órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente. Caso não haja norma estadual própria, aplica-se ao município a classificação nacional, aprovada pelo comitê da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

## **Efeito da crise política na economia já é inevitável**

### **O Estado de S. Paulo**

A crise política impulsionada pelos constantes atritos do presidente Jair Bolsonaro com outros poderes contaminou a economia real de tal maneira que nem a recente trégua sinalizada pelo chefe do Executivo deve ser suficiente para conter o “efeito dominó”. Ao fomentar o clima beligerante, o presidente ampliou a desvalorização do real frente ao dólar, encarecendo alimentos e combustíveis, e colocou no radar de economistas a perspectiva de juros mais elevados e crescimento mais tímido em 2022. A turbulência política se soma a outras crises: fiscal, sanitária, energética e até de abastecimento, à falta de insumos. Do lado das soluções, governo e Congresso patinam e ainda não viabilizaram o Orçamento de 2022.

Ninguém sabe qual será o tamanho do Auxílio Brasil, sucessor do Bolsa Família, e quanto dos R\$ 89,1 bilhões em precatórios será paga de fato em 2022. Sem ter como fazer a conta, os investidores colocam um prêmio de risco para colocar seu dinheiro no País, com uma alta nos juros futuros. Um juro elevado esfria a economia e prejudica o crédito e a volta do emprego.

A incerteza também se reflete no dólar. Depois das manifestações de 7 de Setembro, a moeda americana chegou a valer R\$ 5,32, mas foi abaixo de R\$ 5,20 quando foi divulgada a declaração mais amistosa de Bolsonaro. Mas, na sexta-feira, o câmbio voltou a subir e fechou em R\$ 5,26. A subida do dólar acelera a inflação – movimento que o presidente da Câmara, Arthur Lira, chamou de “looping negativo”. O próprio Bolsonaro admitiu que suas falas vinham tendo efeito no câmbio. “Se o dólar dispara, influencia o combustível”, disse.

## **Frango 40% mais caro: como a alta da conta de luz aumentou preço da ave em 2021**

### **BBC News Brasil**

Sob efeito da séria crise hídrica enfrentada pelo Brasil, o preço da energia elétrica residencial já acumula alta de 10,6% em 2021 e de 21% em 12 meses até agosto, segundo dados do IBGE. O brasileiro já sentiu essa alta na hora de pagar a conta de luz

nos últimos meses. Mas o aumento de preço da energia elétrica está batendo num outro lugar mais inusitado: no preço do frango que compramos no supermercado.

Segundo dados da Apas (Associação Paulista de Supermercados), divulgados em primeira mão à BBC News Brasil, o frango ficou 8,6% mais caro nos supermercados paulistanos apenas em agosto. Desde janeiro, a alta acumulada é de 21,42% e, em 12 meses, de 40,44%.

Segundo a Apas, frango ficou 8,6% mais caro em agosto nos supermercados paulistanos. Com isso, o frango supera em aumento de preços a carne bovina, que teve alta de 0,15% em agosto e de 36% no acumulado de 12 meses. E o aumento de custos chega também aos ovos de galinha, com alta de 1,46% em agosto e de mais de 20% em 12 meses.

"O caso do frango exemplifica o efeito dominó causado pelos aumentos da bandeira tarifária, já que a energia elétrica é fundamental para a criação de aves", explica Diego Pereira, economista da Apas. A bandeira mais cara das contas de luz já foi reajustada em 127% desde dezembro de 2020, com a cobrança adicional passando de R\$ 6,24 a cada 100 kWh (quilowatt-hora) ao fim do ano passado, para R\$ 14,20 em setembro deste ano.

## **Café adoçado mais caro**

### **Folha de São Paulo**

Outros dois produtos indispensáveis na cesta básica do brasileiro se destacaram em alta de preços em agosto: o café (+8,05% no mês e +25% em 12 meses) e o açúcar (+2,48% e +47%, nas mesmas bases). "A safra de cana deste ano é 4,3% menor em relação à do ano passado e as geadas prejudicaram aproximadamente 30% do cultivo no Estado de São Paulo, maior produtor brasileiro", destaca Pereira.

"Já a safra do café deve ser 22,6% menor em relação a 2020, forçando a utilização de estoques privados. A safra menor, que já era prevista pelo mercado, foi impactada pela geada e ligou o alerta para os preços futuros, já que o auge da colheita foi em julho", afirma.

Segundo o Dieese, o custo médio da cesta básica de alimentos aumentou em 13 de 17 cidades pesquisadas em agosto. As maiores altas foram registradas em Campo

Grande (3,48%), Belo Horizonte (2,45%) e Brasília (2,10%). Em São Paulo, a alta foi de 1,56%.

A cesta mais cara em agosto era a de Porto Alegre (R\$ 664,67), seguida pelas de Florianópolis (R\$ 659,00), São Paulo (R\$ 650,50) e Rio de Janeiro (R\$ 634,18). Considerando a média das 17 capitais analisadas, o custo da cesta básica representava em agosto 55,9% do salário mínimo. Em São Paulo, esse percentual chegou a 63,9%.

## **Inflação está agora no pior momento, mas deve fechar ano ao redor de 7,5%-8%, diz Guedes**

### **Reuters**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta sexta-feira (10) que o país está passando agora pelo pior momento da inflação, mas que o avanço de preços na economia irá desacelerar para fechar o ano ao redor de 7,5%-8%, voltando ao intervalo da meta perseguida pelo Banco Central em 2022.

A previsão representa forte piora ante o último número oficial do Ministério da Economia, divulgado em julho, de uma alta de 5,90% para o IPCA em 2021. Já a perspectiva do mercado é de crescimento de 7,58% para a inflação, conforme boletim Focus mais recente, feito pelo BC junto a uma centena de economistas.

"A sombra da inflação em alta está sobre nós no momento. Acho que estamos no pior momento da inflação", disse Guedes, ao participar de conferência promovida pelo Credit Suisse.

O IPCA nos 12 meses até agosto bateu em 9,68%, disparando bem acima do teto da meta oficial para este ano —inflação de 3,75%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. "Acho que vai começar a desacelerar e fechar o ano ao redor de 8%, 7,5%, algo como isso", previu o ministro.

Guedes estimou que o IPCA voltará ao topo da banda de inflação em 2022. "Nossa expectativa com relação à inflação é que voltaremos ao topo da banda no ano que vem, dezembro do ano que vem. Vamos nos aproximar de 4%, que seria o topo da banda", disse ele.

## Taxa de desemprego entre os mais pobres é de 36%

### Folha de São Paulo

A taxa de desemprego da metade mais pobre dos brasileiros subiu quase dez pontos durante a pandemia, de 26,55% para 35,98%. Entre os 10% mais ricos a mesma foi de 2,6% para 2,87%, aponta um estudo da FGV Social. A renda individual média dos brasileiros, incluindo os informais e desempregados caiu 9,4% em relação ao fim de 2019, antes da pandemia.

O estudo comparou os dados do último trimestre de 2019, antes da eclosão do vírus no país, com os do segundo trimestre de 2021. O cálculo considera a metade mais pobre da população, em termos relativos. No caso dos mais pobres, no entanto, essa perda é ainda mais dramática, chegando a 21,5% no período —o que revela que a desigualdade só aumentou durante a crise sanitária. Enquanto isso, os 10% mais ricos tiveram, em média, uma queda de 7,16%, ou menos de um terço dos brasileiros de menor renda.

Os pesquisadores da FGV Social apontam que mais da metade (11,5 p.p.) dessa queda na renda dos mais pobres se deve a muitos terem desistido de procurar uma vaga diante da alta taxa de desemprego, situação conhecida como desalento.

A taxa de desemprego estava em 14,1% no Brasil, no segundo trimestre, de acordo com o IBGE, quando o país registrava 14,4 milhões de desempregados. Ainda segundo a FGV Social, os que mais perderam renda foram os moradores da região Nordeste (-11,4%). Em contraste, no Sul, essa perda foi de 8,86%, por exemplo. Além deles, as mulheres, que tiveram jornada dupla de cuidado das crianças em casa tiveram uma queda de 10,35% na renda, em comparação com uma redução de 8,4% entre os homens.

"Os idosos com 60 anos ou mais também perderam especialmente por terem de se retirar do mercado de trabalho em função da maior fragilidade em relação ao Covid-19 (-14,2% de perda)." Segundo o estudo, coordenado pelo professor Marcelo Neri, a redução de renda dos ocupados por hora —por causa da aceleração da inflação, do desemprego e da redução das jornadas de trabalho— também está entre as causas da perda de renda entre os mais pobres.

## **Economistas avaliam como evitar uma estagflação**

### **O Estado de S. Paulo**

Diante da ameaça da combinação entre estagnação econômica e inflação alta, especialistas apontam caminhos. No curto prazo, elevar juros ajudará a conter o aumento de preços a partir de 2022, mas o efeito colateral deve ser uma freada na atividade e desemprego elevado. No longo prazo, a solução é garantir estabilidade política e avanço na agenda de reformas. Com a economia estagnada e a inflação disparando, o fantasma da estagflação volta a ameaçar o dia a dia dos brasileiros. Causado por efeitos inerentes à pandemia de covid-19, que afetam todas as economias do mundo de forma inédita, o cenário é agravado no Brasil pela estiagem e pela crise política. Segundo economistas, para fugir da armadilha, no curto prazo, a elevação dos juros ajudará a arrefecer a inflação a partir de 2022, mas com uma freada na atividade econômica e o desemprego elevado como efeitos colaterais. No longo prazo, a saída passa por estabilizar a crise política e avançar na agenda de reformas, dizem os especialistas.

Indicadores recentes já apontam para a combinação de estagnação econômica e inflação. O PIB caiu 0,1% no segundo trimestre, ante os três primeiros meses do ano. Projeções sugerem que o PIB ficará no zero a zero no terceiro trimestre. Ao mesmo tempo, o IPCA (o índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE) acumulado em 12 meses chegou a 9,68% em agosto.

Para o chefe de pesquisa macroeconômica do banco Goldman Sachs, Alberto Ramos, é possível que o quadro “de inflação alta e crescimento baixo” se mantenha por “mais alguns trimestres”, mas a duração total dependeria do grau de incertezas políticas até as eleições de 2022. “Quando essa energia da recuperação da atividade reprimida começar a se exaurir, tenho quase certeza de que vamos voltar ao crescimento medíocre de antes”, afirma.

## Como a falta de componentes afeta a produção

### O Estado de S. Paulo

A fabricação de carros de passeio em agosto foi a menor para o mês nos últimos 18 anos; e as vendas, as piores para o mês em 16 anos. Esse desempenho expressivamente ruim, descrito pela associação dos fabricantes de veículos, a Anfavea, poderá se repetir, ainda que sem igual intensidade, até o fim do ano. E a indústria automobilística continuará até o ano que vem com alguma dificuldade para normalizar a produção.

A falta de peças, especialmente componentes eletrônicos, vem afetando de maneira significativa a atividade das montadoras. Segundo balanço da Anfavea, 11 fábricas instaladas no País pararam total ou parcialmente suas linhas de montagem em agosto. Com isso, os estoques caíram e são suficientes para atender às vendas de apenas 13 dias, o menor nível em 22 anos de estatísticas da entidade.

Há dois meses, a Anfavea havia estimado a perda de 100 mil a 120 mil unidades neste ano por causa da falta de semicondutores, problema que vem prejudicando diversos segmentos da indústria em todo o mundo. A nova projeção é de perda de 240 mil a 280 mil unidades no ano. No mundo, a projeção é de perda de produção de 7 milhões a 9 milhões de veículos neste ano. “Estamos com dificuldades de retomar a produção mesmo fazendo todo o esforço possível e as fábricas trabalhando com matrizes e fornecedores no sentido de mitigar o risco de falta de componentes”, disse o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, ao comentar os resultados de agosto. “Ainda vamos ter dificuldades até o fim do ano para aumentar a produção.”

No mês passado, a produção foi 21,9% menor do que a de um ano antes. A produção alcançou 164 mil unidades; a de veículos de passeio, em particular, ficou em 119 mil unidades, uma das piores marcas do século. As vendas no mês, de 172,8 mil unidades, as piores desde 2005, foram 5,8% menores do que as de agosto de 2020.

Nos oito primeiros meses do ano, a produção somou 1,48 milhão de veículos, número 33% maior do que o de igual período de 2020. Convém lembrar que os primeiros meses de 2020 registraram grandes reduções dos principais indicadores econômicos, por causa da pandemia.

O total vendido de janeiro a agosto alcançou 1,42 milhão de unidades, 21,9% mais do que em igual período de 2020.

## **Ações de varejo e construção devem ser mais afetadas pela inflação alta**

### **O Estado de S. Paulo**

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do mês de agosto divulgado nesta semana pelo IBGE surpreendeu negativamente, por mostrar uma inflação maior do que a esperada pelo mercado. O índice ficou em 0,87%, contra 0,96% de julho. O resultado levou diversas instituições financeiras a revisarem suas projeções para cima. Quase todas esperam que o IPCA de 2021 supere os 8%, contra uma meta do Banco Central de 5,25%. Em 12 meses até agosto, o índice acumula uma alta de 9,68%.

A inflação persistente tem reflexo direto sobre algumas empresas que podem ter suas receitas comprometidas pelo recuo da demanda. É o caso das varejistas, que talvez não consigam repassar os aumentos da indústria para os preços finais. Vale destacar que o comércio já vem sofrendo com as altas taxas de desemprego, que comprimem o consumo.

Outro setor que pode ser prejudicado são as incorporadoras, na medida em que a inflação alta deve manter os juros elevados, desestimulando o crédito. Após a divulgação do dado de agosto, economistas revisaram suas projeções para a taxa básica e já há quem indique a possibilidade de a Selic encerrar o ano em 9% ao ano.

## **Previsão de alta da Bolsa avança, mas de queda também**

### **Broadcast**

A expectativa de alta para as ações no curtíssimo prazo ganhou terreno no Termômetro Broadcast Bolsa, ao mesmo tempo em que também avançou a percepção de baixa. Entre os participantes, as estimativas de ganho e de queda para o Ibovespa na próxima semana representam 69,23% e 15,38%, respectivamente, contra 61,54% e 7,69% no levantamento anterior. Os que acreditam em estabilidade são também 15,38%, porcentual bem aquém da última pesquisa, quando a projeção de variação

neutra representava 30,77%. O principal índice da B3 acumulou perda de 2,26% na semana.

O Termômetro Broadcast Bolsa tem por objetivo captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do Ibovespa na semana seguinte.

A próxima semana tem agenda local dominada por indicadores de atividade, mas é a questão política que deve seguir mais no foco. A ‘Declaração à Nação’ emitida pelo presidente Jair Bolsonaro teve efeito limitado no mercado, que permanece desconfiando da real disposição dele ao diálogo com o Judiciário. Há expectativa ainda em torno de uma solução para o caso dos precatórios e dúvidas sobre o andamento das reformas.

No calendário macroeconômico, saem na terça-feira a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) de julho e, na quarta, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR). “Esperamos que a atividade econômica tenha registrado avanço no início do terceiro trimestre”, diz o Bradesco, em relatório. No exterior, os sinais da economia americana continuarão no radar, em meio a incertezas sobre o impacto da variante delta. Estão previstos o índice de inflação ao consumidor nos EUA em agosto e vários dados econômicos da China.

## **PIB avança só 0,4% em média desde 2012**

### **O Estado de S. Paulo**

Embora os analistas ouvidos pelo ‘Estadão’ tenham divergências em suas projeções sobre a duração e a intensidade da inflação nos próximos meses, a maioria converge para a constatação de que o Brasil, há décadas, vive em um contexto propício à estagflação. “O Brasil vive uma situação de ‘estagflação’ há muito tempo. A economia não consegue crescer, mas a inflação acontece”, afirma o economista chefe da agência de risco Austin Rating, Alex Agostini. Ele sustenta a sua observação ao citar que, nos últimos dez anos, de 2012 a 2021, a média de crescimento anual do PIB deverá ficar em 0,4%, e a da inflação anual ficará em 5,9% pelo IPCA.

Segundo o Novíssimo Dicionário de Economia, de Paulo Sandroni, “estagflação” é uma “situação” que ocorre na economia, quando “a estagnação ou o declínio do nível

de produção e emprego se combinam com uma inflação acelerada”. É um quadro atípico, diferente do funcionamento “normal” das economias, conforme descrito pela teoria econômica clássica.

O funcionamento típico parte do princípio de que a dinâmica de preços passa, principalmente, pelo jogo entre oferta e demanda. Quando a economia cresce, empregos são gerados e a demanda aquece, favorecendo reajustes de preços e a inflação. Quando a economia se retrai ou cresce muito pouco, o desemprego sobe e a demanda esfria, arrefecendo a inflação. Os bancos centrais fixam suas taxas básicas, principalmente, para atuar sobre a demanda – mais crédito a juros baixos estimula a demanda, menos crédito a juros elevados produz o efeito inverso. Vários outros fatores, como expectativas e indexação, atuam na dinâmica de preços, mas uma economia estagnada não deveria ter inflação.

A “estagflação” não é um conceito teórico. Na explicação mais recorrente, o termo foi cunhado pelo parlamentar e ex-ministro britânico Iain Macloed, no Parlamento inglês em 1965. O rótulo colou e se popularizou nos mercados financeiros na década de 1970, por causa das crises do petróleo. Quando os principais países produtores do Oriente Médio se organizaram para controlar a oferta de petróleo, os preços dispararam. Foi um choque de oferta inesperado, com efeitos atípicos sobre as economias. Os países se viram com dificuldades para obter um importante insumo para a produção – portanto, para o crescimento econômico. Ao mesmo tempo, tudo o que tinha o petróleo como insumo ficou mais caro, e os reajustes chegaram ao consumidor. O resultado foi crescimento estagnado com preços em alta.

## **Com alta de 1,2% em julho, varejo tem recorde**

### **O Estado de S. Paulo**

Impulsionado pelo comércio eletrônico e pela maior circulação de consumidores, o varejo brasileiro mostrou fôlego em julho. Após um crescimento de 1,2% em relação a junho, o volume vendido alcançou patamar recorde na série histórica da Pesquisa Mensal de Comércio, iniciada no ano 2000 pelo IBGE. Após uma revisão nos dados do mês anterior, que saíram de uma queda de 1,7% para uma alta de 0,9% devido ao modelo estatístico de ajuste sazonal, o varejo passou a mostrar uma trajetória de quatro

meses de avanços consecutivos, período em que acumulou um ganho de 8,1%. O crescimento, porém, não é homogêneo entre as atividades pesquisadas, ponderou Cristiano Santos, gerente da pesquisa do IBGE. “A maioria das atividades ainda está abaixo do patamar prépandemia”, ressaltou Santos.

Segundo ele, as atividades que conseguiram se adaptar ao comércio eletrônico conseguem um desempenho melhor, como a de outros artigos de uso pessoal e doméstico, que inclui as lojas de departamento. A expansão do crédito e o aumento da população ocupada no mercado de trabalho também favorecem o crescimento de segmentos varejistas, enquanto a alta na inflação e a queda na renda das famílias ainda atrapalham os negócios, apontou Santos.

Em julho, o volume de vendas do varejo superou em 5,9% o nível de fevereiro de 2020, no pré-pandemia. No varejo ampliado, que inclui as atividades de veículos e material de construção, as vendas subiram 1,1% em julho ante junho, passando a operar 3,2% acima do prépandemia. No entanto, apenas os segmentos de outros artigos de uso pessoal e doméstico, produtos farmacêuticos, material de construção e supermercados estão vendendo acima do patamar pré-crise sanitária. Os demais estão abaixo: veículos, móveis e eletrodomésticos, vestuário, combustíveis, equipamentos de informática e papelaria.

Segundo ele, as atividades que conseguiram se adaptar mais facilmente ao comércio eletrônico conseguem um desempenho melhor, como a de outros artigos de uso pessoal e doméstico, que inclui as lojas de departamento.

## **CSN faz aquisição e luta para ser 2ª cimenteira**

### **O Estado de S. Paulo**

A compra da LafargeHolcim pela CSN Cimentos, anunciada ontem, em um negócio de US\$ 1,025 bilhão, vai mudar o perfil do setor e abrir uma disputa acirrada pela segunda posição no mercado nacional. A Intercement permanece na vice-liderança, atrás da Votorantim Cimentos, mas pode a qualquer momento perder a colocação – já que fica apenas um pouco à frente da empresa de Benjamin Steinbruch.

A Votorantim Cimentos, uma das maiores produtoras do mundo, está na primeira posição no Brasil, com capacidade instalada de produção de 52,2 milhões de

toneladas por ano. A Intercement vem em seguida com 17,2 milhões de toneladas. Com o fechamento da operação de ontem, a CSN Cimentos passará a ter uma capacidade total de 16,3 milhões de toneladas. Trata-se do segundo movimento de aquisição do braço de cimentos do grupo de Steinbruch. A CSN Cimentos havia anunciado, em julho, a compra da Elizabeth Cimentos, que atua na região Nordeste, por R\$ 1,08 bilhão. A aquisição adicionou uma capacidade produtiva para a CSN Cimentos de 1,3 milhão de toneladas por ano, para um total de 6 milhões de toneladas.

Com o fechamento da operação de ontem, a CSN Cimentos passará a ter presença mais abrangente no território nacional. A compra das operações brasileiras da suíça LafargeHolcim foi anunciada pelo menor valor que se esperava para a conclusão do negócio. A transação inclui as cinco plantas integradas de produção de cimento no País, quatro estações de trituração e 19 unidades de mistura de concreto, entre outros ativos.

Segundo fontes do setor, a Votorantim Cimentos chegou a pensar na compra, mas não deu andamento ao processo, pois queria adquirir apenas uma parte da empresa. O negócio, então, ficou entre a CSN e a Mizu. A operação saiu menor do que a LafargeHolcim queria, R\$ 1,5 bilhão, mas a companhia não desistiu de vender tudo e encerrar a presença no Brasil. O setor de cimentos no Brasil passou por uma forte crise entre 2015 e 2018. O setor vive uma nova realidade, com o terceiro ano consecutivo de crescimento: avançou 3,5% em 2019, 11% em 2020 e expectativa de expansão é de 6% para este ano. “Há um processo de consolidação de mercado, que já sabíamos que viria dos players já instalados no Brasil”, diz o presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic), Paulo Camillo Vargas. Segundo ele, o setor ganha com a compra da LafargeHolcim pela CSN, empresa com capacidade de investimento. “Há uma perspectiva de crescimento à medida que se tem uma infraestrutura que começa retomar.”

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do  
Governo do Estado do Ceará.*

**Assessoria de Comunicação – Sedet**

**Fone: (85) 3444.2900**

**[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)**

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766
---------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.